

NAÇÕES COM/SEM FRONTEIRAS: O NEOLIBERALISMO E O PROBLEMA DO
PERTENCIMENTO NA ÁFRICA – E ALÉM¹²

NATIONS WITH/OUT BORDERS: NEOLIBERALISM AND THE PROBLEM OF
BELONGING IN AFRICA, AND BEYOND

Jean Comaroff³

John L. Comaroff⁴

Resumo: O artigo aborda perspectiva antropológica e de diálogo com a área do Direito, uma vez que busca analisar a possível porosidade das fronteiras na África do Sul – e outros países - frente à imigração. Para tanto, parte da não-fixação de fronteiras geográficas como característica principal do corpo político de Neure, bem como da filosofia Schmittiana. A construção do tema perpassa, ainda, pela análise do processo histórico que contribui para a noção de nacionalidade heterodoxa.

Palavras-chave: Nacionalidade; Heterodoxia; Imigração; Fronteiras.

Abstract: The article approaches anthropological perspective in dialogue with the area of Law, once it aims to verify the porousness of borders in South Africa – and other countries – regarding immigration. With this purpose, studies the absence of fixed geo-geographical borders as the main characteristic of Neure's polity and the Schmittian philosophy. The construction of the theme also pervades the analysis of the historical process that contributes to the idea of heterodox nationhood.

Keywords: Nationhood; Heterodoxy; Immigration; Borders.

¹ Tradução do inglês para português por Renato Barcellos de Souza, (mestrando do PPGDC-UFF) e revisão por Maria Clara Conde Moraes Cosati (mestranda do PPGDC-UFF) e Thaiana Conrado Nogueira (mestranda do PPGDC-UFF). Para visualizar a versão original do texto, acesse: <https://www.as.uky.edu/sites/default/files/Comaroff_NationsWithoutBorders.pdf>.

² Como observamos no texto, este ensaio revisita um anterior. Intitulado *Naturing the Nation*, sua versão mais antiga (partes da qual foram aqui reproduzidas) foi publicada em *Hagar: International Social Sciences Review*, 1.1 (2000), pp. 7-40; foi republicado de maneira similar em *Social Identities* (2001) e no *Journal of Southern African Studies* (2001), este último uma edição especial dedicada a Shula Marks, em honra de quem o original fora escrito. Gostaríamos ainda de reconhecer a dívida que temos para com nosso filho, Joshua Comaroff, arquiteto e geógrafo cujo conhecimento especializado em paisagens nos atraiu a muitas discussões sobre o tópico. Eles estavam conosco na Cidade do Cabo durante os eventos aqui descritos e participou na formulação de nossa análise a respeito dos mesmos. A presente versão revisita os eventos com maior distanciamento temporal, enquadrando-os em um arcabouço conceitual bastante diverso, mais em linha com as preocupações majoritárias das ciências sociais contemporâneas.

³ Professora de Estudos Africanos e Afro-Americanos e de Antropologia na Universidade de Harvard, bem como na Universidade de Chicago e na Universidade da Cidade do Cabo. Sua pesquisa tem como enfoque os processos de transformação social e cultural, a criação da sociedade colonial, a natureza da pós-colônia e o mundo moderno visto do sul global.

⁴ Professor de Estudos Africanos e Afro-Americanos e de Antropologia na Universidade de Harvard, bem como na Universidade de Chicago e na Universidade da Cidade do Cabo. Pesquisador da *American Bar Foundation*. Sua linha de pesquisa é colonialismo, pós-colonialidade e antropologia histórica.

1. Introdução

Antropólogos costumam gostar de histórias e charadas, e quanto mais estranhas e intrigantes, melhor. Assim sendo, vamos primeiramente propor uma charada e em sequência contar uma história.

A charada: o que os Nueres, uma tribo isolada do Sudão do Sul, poderia ter a ver com Carl Schmitt, o famoso filósofo alemão e notório apologista do nazismo, e que ultimamente vem sendo um dos mais citados teóricos sociais no mundo anglo-saxão?

No que os toca os Nueres são famosos entre os antropólogos por, em 1940, terem sido tomados como sendo um desafio epistêmico à teoria política ocidental mais autorizada (FORTES; EVANS-PRITCHARD, 1940, p.4), principalmente devido ao fato de que seu sistema político não contemplava um governo constituído.

De acordo com seu lendário etnógrafo Evans-Pritchard (1940a,1940b), os Nueres viviam em uma “anarquia organizada”: um estado de ser sem um Estado a tutelá-los. Neste aspecto, os Nueres eram o arquétipo dos assim chamados sistemas políticos africanos “acéfalos”, sistemas estes que seriam mais tarde evocados por Michael Barkun (1968) e outros em seus esforços de tentar explicar as oposições segmentadas sobre as quais se sustentava a frágil coesão do mundo durante a Guerra Fria.

Ao contrário do que pregava Thomas Hobbes, a ordem para os Nueres não se consubstanciava em cargos e instituições, em tribunais ou delegacias, em territórios finitos ou fronteiras geográficas estabelecidas. Muito pelo contrário, a ordem era inerente a gramáticas de ação *virtuais* codificadas no idioma do parentesco: em uma imanente lógica social de fusão e fissão, de distanciamento social relativo que aproximava os indivíduos ou os afastava em situações de conflito. Desta forma, se um homicídio fosse cometido na “tribo”, este era manejado por meios pré-estabelecidos de autoajuda e retribuição; caso o fato se desse além da “tribo”, seguia-se a guerra entre entidades políticas.

Na prática, porém, estas fronteiras entre externo-interno à tribo eram dialeticamente renegociadas – objetificadas e tornadas reais – no processo de abordagem às próprias transgressões que as desafiaram. A entidade política Nuere era, então, um campo de ação potencial, conjurado pela necessidade de se distinguir entre aliados e antagonistas, entre direito e guerra.

E é aqui que Carl Schmitt entra na história. No seu *O Conceito do Político* (1996), Schmitt descreve a política – tal como os Nueres – como uma questão pragmática quanto à

vontade de se fazer distinções de vida e de morte sobre amigos e inimigos. Em outras palavras, trata-se de criar ordem traçando-se linhas divisórias. Trata-se ainda de inscrever o Político nas identidades coletivas, simultaneamente físicas e metafísicas, extraídas o tanto quanto possível da lógica do quem nós *não somos* e do quem nós *somos*. Com efeito, trata-se de significar um no outro, e ambos no ato afetivo e sublime de se chegar a antagonismos inequívocos quando estes realmente importarem.

Antagonismos como os que há, por exemplo, entre civilizações-teológicas⁵ apanhadas no choque apocalíptico entre o bem e o mau nos dias terríveis após o Onze de Setembro. Dias nos quais o planeta inteiro se viu aterrorizado pela incerteza porque o terror era incerto, especificamente em sua capacidade de tornar ambíguos antigos eixos até então claros de geopolítica global. Dias nos quais a sigla “US” passou a significar não apenas os Estados Unidos, sim a palavra “nós”⁶.

Tal como Evans-Pritchard poderia ter dito a respeito dos Nueres, em um mundo ordenado, em um mundo de absolutos, tudo é relativo já que todas as coisas são relativas. Exceto aquelas que não o são, que saem do Direito, que estão além da margem de eticidade e que, portanto, devem ser extirpadas, tornadas fora-da-lei ou, *in extremis*, “maldito” ou “matável” de maneira não sacrificial (AGAMBEN, 1998). A Ordem, em resumo, é forjada na desordem e a existência política, na anarquia, por força da marcação de uma linha.

E é nesta linha que a charada encontra sua resposta: nesta linha, onde os Nueres se encontram com Schmitt para combinar a inscrição da lei em uma gramática de diferença, tornada manifesta pelo estabelecimento de fronteiras instantaneamente existenciais, éticas e jurídicas e – como veremos – intrinsecamente violentas.

2. O incêndio, da última vez

E esta era a charada, a qual posteriormente retornaremos. Vamos à história.

Esta versa sobre um incêndio, sobre alienígenas⁷, sobre uma nação em formação e sobre suas fronteiras externas e internas. É também sobre um mundo no qual as fronteiras em

⁵ Nota do Tradutor: Conceito do teológico-político de Spinoza, a “civilização real” incluiria o respeito às leis e ao Direito, aos direitos de outrem e a garantia de liberdade civil e religiosa.

⁶ Nota do Tradutor: o termo “us” significa “nós”.

⁷ Nota do Tradutor: o termo *alien* pode ser traduzido como *alienígena* ou como *estrangeiro*, sendo que “alienígena” é um sinônimo não tão comum para “estrangeiro”. Nesta tradução, optou-se por usar o termo *alienígena*, tanto por poder transmitir o sentimento de estranhamento do texto original com “o outro”, como por permitir a associação semântica com termos da botânica e outros sentidos utilizados pelos autores na língua inglesa.

geral estão cada vez mais enigmáticas e problemáticas. É um conto que já narramos, mas que sentimo-nos compelidos a revisitar à luz dos eventos recentes, que por sua vez revelam como ele – o conto – estava, em verdade, assombrado por seu próprio futuro.

A história levanta um sem-número de questionamentos: o que poderiam os desastres – naturais ou não – nos dizer sobre a arquitetura dos Estados-nação do século XXI? Como o rápido lampejo da catástrofe poderia lançar luz sobre o significado das fronteiras e da política do pertencimento? E em qual extensão estes dois conceitos, fronteiras e pertencimento, estão se transmutando – juntamente com o conteúdo de cidadania, soberania e integridade nacional – nesta era neoliberal, frequentemente associada com estados de emergência? Estas questões têm várias e profundas implicações históricas ocultas. Mas estamos nos precipitando. Vamos primeiramente nomear o nosso conto...

2.1. Apocalipse no estilo Africano.

A passagem do milênio transcorreu sem incidentes na África do Sul, apesar de, antes do evento, haver temores públicos de violência homicida e destruição em massa. E então, duas semanas depois, a Cidade do Cabo incendiou-se.

Em um sábado quente e seco, o *veld*⁸ ardeu em diversos lugares em torno da área metropolitana. Ventos fortes ataçaram as labaredas montanha acima, pondo sob igual risco casarões históricos e ocupações irregulares. Enquanto a vegetação ardia em chamas, helicópteros despejavam toneladas de água sobre os arbustos. Relatórios ininterruptos davam conta de animais queimados vivos, de igrejas incineradas, de vinícolas arrasadas. A cidade sufocava sob um manto de fumaça enquanto cinzas recobriam suas avenidas e praias.

No total, nove mil hectares arderam. As montanhas continuaram fumegando soturnamente por semanas, e o mesmo ocorreu com o humor da população. A culpa foi atirada em múltiplas direções, nenhuma das quais a esmo, politicamente falando. Incêndios são endêmicos na área mas, tendo este último sido de proporções calamitosas, ele trouxe receios quanto à sobrevivência da natureza no Cabo Ocidental.

As lívidas cicatrizes do incêndio evocaram preocupações elementais, saturando o discurso público, que por sua vez revelava um desejo quase obsessivo de torná-las em um presságio apocalíptico, em um sinal de falência política, um chamado às armas. As previsões

⁸ Nota do Tradutor: *Veld*, ou *Veldt*, ou *grassveld* é um tipo de paisagem natural aberta do tipo “savana” típico das regiões planas do Sul da África, caracterizado por vastas áreas planas recobertas por pradarias e manchas esparsas de matagal composto por arbustos baixos.

que resultaram – nas ruas, na mídia, nos palácios do governo – expunham a complexa *ecologia social* de onde o próprio conflito exsurgia, lançando uma forte luz no estado de uma nação que mal tinha seis anos de existência.

O apocalipse – como ressaltamos à época – eventualmente se dissolve na história. Aí reside a “dialética do desastre comum”, nos termos de Mike Davis (1995). Desta forma, enquanto a discussão inicial sobre o incêndio era ampla e contestável, com o tempo esta se reduziu a uma interpretação dominante que, embora não universal, era fruto de consenso suficiente de forma a autorizar uma forte atuação estatal cumulada com uma ampla colaboração cívica.

Aqui havia claramente uma “ideologia em formação”. E como tal, esta se formou sobre um quadro implícito de afetividade e ansiedade, inclusão e intrusão, prosperidade e perda. Através de um amarrado de alusões emocionalmente carregadas, o incêndio foi vinculado a outras questões públicas, tais como cidadania e identidade, sociedade orgânica e humanidade comum, fronteiras e sua transgressão – todas no cerne da condição de nação. No entanto, sua eficácia neste particular residia primeiramente na produção de uma explicação plausível para a extensão do flagelo.

Inicialmente, suspeitou-se de desídia ou de incêndio criminoso – sendo este último vinculado a uma campanha de terrorismo urbano atribuído ao fundamentalismo islâmico que se instalou no Cabo muito antes ao Onze de Setembro⁹. E então, o discurso mudou abruptamente de direção desembocando em uma etiologia que se firmou com uma força invulgar: o que quer que o tenha causado, a escala catastrófica do incêndio foi atribuída a plantas não nativas, posto que estas queimariam mais rápida e violentamente do que a vegetação original. A indignação contra estas plantas cresceu velozmente, e proprietários de terras que permitiram-nas se espalhar foram denunciados por colocar tanto a população quanto a “herança natural” desta última em risco¹⁰.

Observação: “herança natural”. “Herança” se tornou um conceito a ser invocado na medida em que mercados globalizados e a migração em massa minam a riqueza própria de cada nação, forçando-as a redefinir o sentido de “patrimônio”, bem como seu valor material.

⁹ Ver e.g. JORDAM, B. *Ash City: Why the Fires Were So Bad*. *Sunday Times*, 23 jan. 2000, p. 7.

¹⁰ Ver YELD, J. *Force Landowners to Clear Invading Alien Plants*. *Sunday Argus*, 22-23 January 2000, p.7; também VILLIERS, L. de. *Chair of Peninsula Mountain Forum: Take Decisive Steps to Avoid Future Fire Disaster*. Carta ao *Cape Times*, 28 jan, 2000, p.11.

Um ex-prefeito da Cidade do Cabo, por exemplo, tinha o hábito de descrever a Table Mountain¹¹ como sendo um “ativo nacional” cujo valor seria “mensurado por cada visitante por ela atraído”¹². Não é mera coincidência o fato de que à época a África do Sul estava engajada em uma candidatura que almejava ver a Península do Cabo declarada sítio do Patrimônio da Humanidade em reconhecimento de sua biodiversidade ímpar. Este “patrimônio” – ou herança natural, como visto – está consubstanciado basicamente no *fynbos*¹³ (“belos arbustos” em Africâner)¹⁴, vegetação perene que recobre as encostas montanhosas e as escarpas e falésias da região em comento, e que sintetiza tanto seu conjunto biológico como a natureza frágil, porém geradora de riqueza, das belezas nele contidas.

E, como visto, os nativos verbalizaram uma preocupação crescente que suas riquezas estariam ameaçadas por vegetação introduzida, cujo efeito colonizador seria o de reduzi-la a sua “monotonia impenetrável” (HALL 1979, p. 134).

O incêndio trouxe consigo um impasse. Os esforços dos botânicos para acalmar a histeria enquanto insistiam que as queimadas no *fynbos* não são anormais¹⁵ não obtiveram nenhum resultado. Um cartunista, lançando um olhar irônico sobre o estado de espírito da virada do milênio, desenhou um disco voador pairando sobre a Cidade do Cabo. Enquanto observava a cidade submergindo no mar decorrente do aquecimento global, com suas montanhas recobertas com vegetação introduzida, um pequeno viajante espacial exclamava “*Glorkplikzooturgle!*”, traduzido como “aparentemente eles têm um problema com alienígenas”.¹⁶

O chargista tocou em um ponto nevrálgico: a obsessão com plantas introduzidas apontava para um mal disfarçado senso de terror cívico e de pânico incendiário. Mas o que estaria propriamente em risco nesta consciência coletiva orquestrada pela mídia de massa, esta ladainha sobre “natureza alienígena”? O que este fato pode nos dizer sobre ameaças percebidas à nação e seu patrimônio, sobre identidades desestabilizadas e insegurança quanto a legitimidades?

¹¹ Nota do Tradutor: A “Montanha da Mesa”, formação rochosa que domina a paisagem da Cidade do Cabo e figura no brasão, na bandeira e serve como símbolo da cidade.

¹² Ver *Ukuvuka the Biggest Ever*, editorial, Cape Times, 7 Fev. 2000, p.10.

¹³ Nota do tradutor.: *Fynbos* é um dos seis Reinos Florísticos – ou fitocórios – que existem no mundo, compondo um dos mais ricos ecossistemas vegetais existentes. Para mais detalhes recomenda-se a visita ao sítio eletrônico da doutoranda em botânica da University of Cape Town Zoë Poulsen em: POULSEN, Zoë. *What is Fynbos?* 2014. Disponível em: <<http://www.capetownbotanist.com/what-is-fynbos/>>. Acesso em: 17 jun. 2018.

¹⁴ Para uma análise técnica anterior do *fynbos* e sua ecologia, ver e.g. Kruger (1978) e Day, *et al* (1979).

¹⁵ Nota do tradutor: Na verdade, tal e qual outros tipos de vegetação, o *fynbos* é um tipo de bioma que necessita de queimadas periódicas para seu perfeito desenvolvimento. Ver: POULSEN, Zoë. *What is Fynbos?* 2014. Disponível em: <<http://www.capetownbotanist.com/what-is-fynbos/>>. Acesso em: 17 jun. 2018.

¹⁶ Chip, *They Seem to Have a Problem With Aliens*. Cape Argus, 27 jan. 2000, p.23.

Observadores alhures já haviam percebido que um apaixonado senso de autoctonia, de direitos inatos – aos quais o mero conceito de “alienígena” se contrapõe – havia deslocado outras noções de pertencimento e se firmado ao final do século XX. Da mesma forma, um fetichismo de origens aparentava estar se desenvolvendo ao redor do mundo em oposição aos efeitos do *laissez-faire* neoliberal¹⁷.

Mas por quê? Por que, neste momento histórico crítico do Estado modernista, as fronteiras e sua transgressão tornaram-se uma questão urgente? Seria possível que a inquietação pública aqui manifestada com respeito a espécies vegetais invasoras estivesse trazendo à tona a questão existencial atualmente sentida no cerne do sentimento de nacionalidade em todo o mundo: no que a integridade nacional consistiria *de fato*? O que *significariam* Estado (enquanto corpo político) e sociedade, e quais direitos morais e materiais poderiam ser por estes assegurados em uma época em que o capitalismo global aparenta estar rompendo todas as fronteiras nacionais e substituindo a política tradicional de forma quase onipresente?

De forma a enfrentar tais questões – de forma mesmo a dar sentido tanto à nossa narrativa de catástrofe como à questão mais geral do porquê os “alienígenas” de todos os tipos se tornaram nessa preocupação candente – devemos fazer uma breve digressão, que nos leva ao interior do finado estado-nação modernista.

2.2. O Estado-nação em perspectiva, visto retroativamente

Euro-nações *à la* Anderson (1983) foram fundadas na ficção – muitas vezes imposta pela violência – da homogeneidade cultural: apesar de que o sentimento de euro-nacionalidade foi sempre mais amplo do que sua historiografia leva a crer, um conceito em construção. Porém, desde o final do século XX as entidades políticas de toda parte foram progressivamente assumindo suas diferenças. A circunstância histórica, no entanto, as empurrou cada vez mais em direção a um sentimento de nacionalidade mais heterodoxo. Daí a preocupação crescente – na academia e nas ruas – com cidadania, soberania, multiculturalismo, direito das minorias e os limites do liberalismo. Daí, também, a xenofobia, que assombra a heterodoxia em quase todo lado. Mais sobre o assunto à seguir.

¹⁷Para uma profunda reflexão centrada na África sobre esta tendência, ver GESCHIERE e NYAMNJOH, F. (2000).

O movimento em direção à heterodoxia é ele mesmo parte de um processo histórico mundial mais amplo, no qual o ano de 1989 tem um papel central. Naquele ano, simbolicamente – ainda que não substantivamente – alardeou-se por todo o planeta a *maioridade política* do capitalismo neoliberal. Enquanto pode-se dizer que suas raízes econômicas são muito mais profundas este é, em retrospecto, tipicamente tomado como o momento histórico no qual a velha ordem internacional deu lugar a um universo mais fluido, impulsionado pelo mercado, e articulado eletronicamente: um universo no qual instituições *supra* nacionais florescem; no qual o tempo e o espaço são recalibrados; no qual a geografia é reescrita em quatro dimensões; no qual um novo sistema jurídico global afasta e substitui seu predecessor internacionalista, sobrepujando a soberania dos ordenamentos jurídicos nacionais; no qual identidades transnacionais, conexões diaspóricas e a mobilidade de populações humanas transgride antigas fronteiras; no qual a “sociedade” é declarada morta, substituída pela “rede” e pela “comunidade” como metáforas dominantes do relacionamento social; no qual a governança está reduzida a uma promíscua combinação de prestação de serviços, provimento de segurança e supervisão fiduciária; no qual a liberdade foi destilada em sua essência pós-moderna, o direito de escolher identidades, subjetividades, commodities, sexualidades, localidades e quase tudo o mais. Um universo, também, no qual antigas formas de poder institucionais e instrumentais – agora ressignificadas como biopoder – dispersaram-se por toda parte e em nenhum lugar encontram-se tangíveis: em corporações transnacionais e ONGs, em obscuras camarilhas paraestatais privatizadas, no crime organizado e na religião organizada, e nas fusões profanas de todas elas.

Em consequência, “o” Estado é mantido em constante crise em muitas partes do mundo: sua legitimidade é testada pelo desarranjo fiscal, dívida, pobreza, corrupção; seu controle executivo encontra-se perpetuamente mantido no limite; e, acima de tudo, sua *hifenização*¹⁸ – ou seja, a articulação de estado para nação e nação para estado – está consideravelmente sob ataque. Isto é especialmente verdadeiro nos estados-nações pós-coloniais, cujos regimes governamentais constantemente se apoiam em meios teatrais para produzir um poder estatal, para conjurar uma unidade nacional e para persuadir cidadãos da realidade de ambos (MBEMBE, 1992; WORBY, 1998). Eles não estão sozinhos, por óbvio. O recurso à histrionismos ritualísticos transmitidos pela mídia de massa – para não mencionar os rituais orquestrados em nome da segurança e integridade nacionais – figuram de forma destacada na atual política de estado em muitas localidades.

¹⁸ Nota do Tradutor: tradução livre da palavra em inglês *Hyphen-nation*.

Esta ampla transformação histórica trouxe um sem-número de corolários. Para os fins do presente, destacaremos apenas três. O *primeiro* é a resignificação do sujeito-cidadão modernista. Um corolário do sentimento de nacionalidade em mutação e de sua crescente heterodoxia foi uma explosão de identidades políticas, não só de identidades étnicas e culturais, como também de gênero, sexualidade, idade, religiosidade e estilo, dentre outras. Enquanto a maioria dos seres humanos ainda vive como cidadãos *nos* estados-nação, eles tendem apenas a ser condicionalmente cidadãos *dos* estados-nação, o que, por sua vez, coloca ainda mais pressão sobre sua hifenização. Quanto mais diversos os estados-nação se tornam, maior o nível de abstração no qual o “estado-nação” existe, e mais funestos aparentam ser as ameaças que contra ele pairam. E mais imperativo se torna profetizar e anular o que o ameaça. Harvey (1990, p.108) nos relata que Estados sempre tiveram que sustentar uma definição do bem *comum* para além de questões sectárias. Uma solução que se apresentou face aos ataques cada vez mais agressivos contra a mesma, feitos em nome da identidade, é um apelo à primazia da autoctonia nacional: às lealdades incomensuráveis, aos interesses e afetividade que defluem do senso de pertencimento ao *lugar de nascença*. Esta não é, tampouco, uma tática, especialmente atrativa aos responsáveis por governar. Ela encontra eco em medos populistas profundamente arraigados e na propensão dos cidadãos de todas as estirpes de direcionar as ansiedades comuns aos *outsiders*.

Por óbvio, a autoctonia está implícita em muitas formas de identidade. Ela também conecta lugares com outros lugares e partes com todos. No entanto, enquanto opera como uma bandeira *nacional* contra alienígenas, sua mobilização aparenta crescer na proporção direta à hifenização fragmentada do corpo político soberano, à sua porosidade como percebida pelo povo, e à impotência face às forças exógenas. Cidadãos *dentro* de muitos Estados contemporâneos, sejam ou não primariamente cidadãos *dos* Estados, parecem capazes de reimaginar o sentimento de nacionalidade em uma forma tal que esta possa englobar a inexorabilidade das diferenças internas: “multiculturalismo”, “nação arco-íris¹⁹”, e expressões similares fornecem um jargão de acolhimento, mesmo em meio ao conflito político. No entanto, no tocante aos limites da diferença, a autoctonia constitui a linha de fundo, a *fons et origo*²⁰ da fidelidade, afetividade, conexão. Quaisquer outras identidades que o cidadão-sujeito do século XXI possa portar, ele/ela será inevitavelmente ou um autóctone ou um

¹⁹ Nota do tradutor: *Rainbow Nation*, ou nação arco-íris, é um termo cunhado pelo arcebispo anglicano Desmond Tutu logo após a eleição democrática de 1994 para descrever a África do Sul pós-*Apartheid*. A expressão foi depois utilizada por Nelson Mandela.

²⁰ Nota do tradutor: *fons et origo* = fonte e origem.

alienígena. Não apenas ele ou ela, mas também os não-humanos serão ou autóctones ou alienígenas.

A *segunda* transformação da entidade política modernista diz respeito à regulação das fronteiras, e, portanto, aos limites da soberania. Muito do debate sobre a “soberania” do estado-nação baseia-se na polêmica de que os governos não mais podem controlar a mobilidade de moedas e instrumentos comerciais, de trabalho e commodities, da flora e da fauna, de informação, substâncias ilegais e alienígenas indesejáveis. Também não é sempre que podem controlar zonas de enclave, fronteiras localizadas *dentro* dos seus domínios, os quais permanecem sob o controle do crime organizado, movimentos religiosos, corporações e similares. Isto leva muitos estados-nação contemporâneos a se assemelharem a um mosaico de soberanias arranjadas lateralmente no espaço, com estreitos corredores em meio a estas, todos cercados por territórios de ingovernabilidade (COMAROFF; COMAROFF, 2006).

As fronteiras nacionais sempre foram mais ou menos porosas, é claro. Entretanto, as tecnologias de compressão do espaço-tempo *realmente* aparentam terem produzido uma alteração radical nos padrões e taxas de fluxo global – do concreto e do virtual, de humanos, objetos, sinais, moedas, comunicações. O que é a razão do porquê tantos Estados – a maioria, talvez – ajam como se estivessem constantemente sob tanto sob o risco de invasões externas como o risco de não conseguirem conter o que deveria permanecer no seu interior – como empregos e capital *offshore*. A África do Sul, por exemplo, lamenta que seus recursos humanos sejam atraídos ao exterior²¹ ao mesmo tempo em que se angustia xenofobicamente sobre o influxo de migrantes (COMAROFF e COMAROFF, 2001). E a Europa Ocidental, apesar de seu chamado “inverno demográfico”, sofre com a expectativa de uma futura Europa Muçulmana e, de forma mais imediata, sofre com a onipresença de “outros”, de proveniência diversa, racialmente marcados e lançados ao crime.

Nosso objetivo, no entanto, não é apenas ressaltar a crescente preocupação com as fronteiras e sua transgressão, mas também observar que tal preocupação é o resultado de um paradoxo. Sob as presentes condições globais, dada a lógica da economia capitalista neoliberal, os Estados encontram-se em um *duplo vínculo*²². De forma a captar o valor gerado por esta economia, os Estados são requeridos a simultaneamente abrir e fechar suas fronteiras:

²¹ Ver e.g. *Official Figures for Brain Drain Released*. The Star, 14 mar. 2000, p.2.

²² Nota do Tradutor: A teoria do duplo vínculo foi desenvolvida pelo antropólogo Gregory Bateson e sua equipe de pesquisadores em Palo Alto, Califórnia (1956). É um conceito da psicologia que se refere a relacionamentos contraditórios onde são expressados comportamentos de afeto e agressão simultaneamente, onde as duas pessoas estão fortemente envolvidas emocionalmente e não conseguem se desvincular uma da outra.

de um lado, devem desregular a movimentação de moedas, mercadorias, pessoas e serviços de forma a facilitar o influxo de riqueza; de outro lado, de forma a estabelecer enclaves de vantagem competitiva para atrair conglomerados transnacionais de manufatura e mídia, investimentos, tecnologia de informação e o tipo “certo” de migrantes – turistas, pessoal corporativo, ONGs, a categoria certa de trabalhadores que trabalharão docilmente a baixo custo sem os direitos adquiridos com a cidadania.

Deste modo, o estado-nação se torna, nem sempre em realidade, mas em aspiração, uma empresa de *metamanagement*, um negócio em si mesmo e um negócio de atrair novos negócios. Em suma, parte uma franquia, e parte uma autoridade licenciadora. Isto tudo no interesse de seus “*stakeholders*” que simultaneamente desejam ser *cidadãos globais* e também *sujeitos corporativos nacionais*, com todos os benefícios que decorrem da afiliação a uma nação soberana. O corolário é óbvio. A fronteira é um duplo vínculo porque o bem comum aparenta demandar tanto a abertura como o fechamento, sendo simultaneamente ameaçado por ambos. Não admira a angústia, o ávido debate público em tantos lugares, sobre o que deve e não deve ter sua entrada permitida, ou o que é ou não de interesse coletivo. E quem deve partilhá-lo. Daí as discussões que também vicejam entre os que globalizariam o capital eliminando todas as barreiras e os patriotas defensores dos interesses nacionais.

A *terceira* característica relevante do dilema do estado-nação é a descentralização da política para outros domínios: para o Direito, a tecnologia, o ritual, a mídia e, sobretudo, o mercado. O argumento tradicional segue esta linha: o capitalismo liberal, em sua triunfante fase global, aparenta não oferecer qualquer alternativa ao *laissez-faire*; nenhum outro sistema político-econômico parece ser plausível; mesmo postos avançados do socialismo como China e Cuba estão vivendo em colusão com o mercado. A questão primária deixada à política pública é puramente técnica: como obter sucesso na “nova” ordem mundial? Ou ao menos este *era* o argumento, até que a recente crise financeira global começou a se fazer sentir. Na sua esteira, em meio a intervenções governamentais frenéticas e uma série de colossais resgates financeiros, começaram a surgir em toda parte demandas por uma maior supervisão dos mercados financeiros e práticas corporativas. O radical aumento no número de desempregados e pessoas sem-teto ao redor do mundo serve como uma prova brutal da fragilidade da riqueza gerada pelo que Stiglitz (2008, p. 36-37) batizou de “produtos financeiros cada vez mais complexos e precários os quais ninguém entende inteiramente”, ou consegue regular. Será que o fato irá promover um aumento da consciência de que os interesses individuais não são coincidem com os “interesses da sociedade com um todo”

como sugeriu Stiglitz? Ou a compreensão de que o mundo moderno não contém ilimitadas novas fronteiras para o capital colonizador? Ou que, *contrariamente* ao mantra da brava era neoliberal, *há, sim*, algo chamado “sociedade”?

Sem dúvida, o *tenor* (sentido figurado implícito) da retórica pública – pelo menos na Euro-América – tem sido interpretado como prova de uma mudança substancial: se não de uma virada do modelo do “estado desenvolvimentista”, então pelo menos na direção de uma economia regulada neoclássica. Também houve uma leitura jocosa de que seria evidência de que, mais uma vez, “o socialismo salva o capitalismo”. Na verdade, ainda é muito cedo para dizer se a presente crise é ou não um arauto do pós-neoliberalismo; se ela resultará em algo além de uma regulação mais rígida apenas dos mais arriscados métodos do mercado financeiro atual e da abusividade nos lucros corporativos. Ainda é muito cedo para saber se este momento ressuscitará uma política relevante de redistribuição – ou mesmo uma política *sui generis*. É bom lembrar que anteriormente a este momento de colapso, era lugar-comum em alguns círculos se falar do “fim da política”, e o “recuo do social” (KAPFERER, 2005); de um mundo onde as relações interpessoais dissolveram-se nas relações naturais, biológicas, contratuais; e também de um mundo no qual “a comunidade” era tanto o *local* como o *produto* do empreendimento teleológico de sujeitos morais empoderados; um mundo no qual a vida pública foi reduzida à escaramuças, muitas vezes travadas por meio do *lawfare*, sobre interesses e questões “especiais”: questões como meio ambiente, aborto, assistência à saúde, bem-estar infantil, abuso doméstico, direitos humanos, crime e pena de morte. Sob estas condições as questões prementes do momento – tipicamente abordadas com referências a imperativos técnicos – tornam-se o objeto de ações judiciais coletivas, não respeitando os antigos alinhamentos e compromissos ideológicos e sociais.

Cada um entra em evidência, incendiando-se aos olhos da opinião pública à medida em que esta última deles toma conhecimento para então apagar-se, restando às suas brasas esconderem-se nos recessos da consciência coletiva – para então novamente inflamar-se se estimulado por condições propícias ou coalisões reivindicatórias. Ou ambas.

Nossa evocação do imaginário do fogo nos leva de volta à África do Sul – mas a uma África do Sul agora situada, ainda que de forma muito sucinta, em uma história do presente que envolve formas alteradas de cidadania, uma obsessão com fronteiras, alienígenas e autoctonia e diversas alterações nas condições da política modernista como a conhecemos.

3. Naturalizando a Nação

3.1. Uma lição a se tirar do *fynbos*

O impacto total do incêndio de janeiro de 2000 decorreu da capacidade da vegetação ardente, das flores e chamas, funcionarem como um símbolo. Um símbolo de ansiedades políticas exacerbadas, muitas delas transparentes no dia-a-dia. Um símbolo da aspiração de que das cinzas possa surgir um novo sentimento Sul-africano de comunidade, nacionalidade e inclusão. A questão patente é o “como”: como essas flores e labaredas vieram a significar tanto? E quais terrores futuros incipientes elas já indicavam?

Inicialmente, tratemos da flora. As flores são usadas como símbolos nacionais de há muito tempo. A *Protea Cynaroides*, que representa o *fynbos*, tem sido o símbolo da África do Sul por muitos anos. Esta flor tem uma relação totêmica com a nação; uma relação de povo com natureza, de local com espécie vegetal, na qual esta última enriquece o primeiro – enquanto seja venerada, e não consumida indiscriminadamente. Mas também é um fetiche, uma transferência natural de identidades com carga emocional enraizadas nos atos de afirmação étnico-nacional.

Nem sempre foi assim. O uso de *fynbos* para definir a vegetação nativa da região do Cabo é recente: foi apenas ao final dos anos 1960 que o termo – e a categoria a qual este agora se refere – estabeleceu-se tanto na linguagem popular como no jargão da Botânica²³. Esta foi exatamente a época na qual a demanda internacional pela flora local disparou, e uma associação nacional foi formada para negociá-la; a exportação do *fynbos* é, hoje, um grande negócio. Foi também o momento no qual políticos começaram a considerar esta flora como sendo um “recurso nacional” – e também no qual botânicos declararam pela primeira vez que se tratava de uma espécie frágil devendo ser preservada por ser um “bioma único” (KRUGER, 1977). Um pouco antes, em 1953, uma autoridade na matéria havia descrito o *fynbos* como sendo *uma espécie invasora* que ameaçava o *grassveld* (ACOCKS, 1953, p.14, 17). O que é agora alegado a respeito das espécies *alienígenas* era dito – há [mais] de meio

²³ Este fato foi confirmado por botânicos trabalhando com o bioma Fynbos, apesar de que "fynbos" parece ter aparecido pela primeira vez em uma publicação de 1916 (Dave Richardson, comunicação pessoal). O uso acadêmico regular teve início no início dos anos 1970. O termo aparece em uma lista de palestras de Curso de Verão da University of Cape Town em 1972, por exemplo, e em KRUGER, F. *Ecology and Management of Cape Fynbos: toward conservation of a unique biome type*. Artigo lido no *South African Wild Life Management Association's Second International Symposium*, ocorrido em Pretoria, 1977. Nós certamente não temos recordações do termo estar em circulação durante nossa infância e adolescência no Cabo.

século – sobre este “tesouro Sul-africano”, este ícone nacional, símbolo da conexão do país com a terra, e que agora é apaixonadamente defendido.

Mas o *fynbos* não capturou o imaginário do público Sul-africano apenas enquanto uma frágil herança natural. Ele também se manifesta como um protagonista de uma luta mortal a qual trava com alienígenas invasivos que ameaçam tomar seu *habitat* e sufocá-lo, despojando-lhe dos meios de sobrevivência. Aqui, abrem-se parênteses: preocupações similares sobre espécies vegetais invasoras já se manifestaram em outras nações ocidentais – de forma reveladora, nações onde a (i)migração humana é uma preocupação de massa. Por exemplo, nos EUA e na Austrália, onde ironicamente a flora Sul-africana é demonizada (WACE, 1988; CARR *et al.*, 1988); também na Grã-Bretanha, onde a remoção de grandes áreas tomadas por rododendros²⁴ – outrora populares – acarreta um grande custo para o UK *National Trust*²⁵.

Houve o tempo em que o entusiasmo por plantas exóticas – i.e., não nativas – era grande. No auge da época colonial, os governantes coloniais britânicos estimulavam a importação de plantas exóticas por razões então tidas como ecologicamente “modernas” e saudáveis (HALL, 1979). Um longo tempo se passou até que as desejáveis importações se transformassem em “alienígenas invasores”, “pestes”, “espécies colonizadoras” e até mesmo em “câncer verde”²⁶. Somente nos anos 1990 que os alienígenas vieram a ser amplamente responsabilizados pela fragilidade da flora do Cabo. Tal fato se faz perfeitamente nítido pela forma em que a atitude face aos incêndios mudou ao longo da última década, culminando na catástrofe de janeiro/2000.

Como já explicamos, os incêndios são endêmicos na região do Cabo. As opiniões mais autorizadas reconhecem que a própria conservação da biodiversidade depende da queimada natural. Há mais: no passado, plantas exóticas eram apenas um dos muitos fatores responsabilizados por iniciar incêndios de tipos distintos. Com efeito, um relatório abalizado sobre este assunto publicado nos idos de 1979 (KRUGER, 1979) sequer as lista como uma preocupação. Da mesma forma, recordemos, a censura pública não recaiu sobre as mesmas – embora, quando o tenha feito, o fez de forma ardente (literalmente). O Fogo, afinal de contas, é uma das mais elementares materializações de energia, calor, luz, destruição, purificação; ele

²⁴ Nota do Tradutor: designação comum às plantas do gênero *Rhododendron L.*, da família das ericáceas, que reúne mais de mil espécies diferentes incluindo as azaléas.

²⁵ Nota do Tradutor: entidade britânica responsável por proteger o patrimônio histórico e natural.

²⁶ Ver *Anonymous, The Green Cancers in South Africa* (sem editora, 1959).

arde na memória colonial como o último recurso da força bruta, tanto para o pequeno quanto para o poderoso.

E o que isso tem a ver com alienígenas? Até a queda do *Apartheid*, o termo “alienígena” (*alien*) tinha conotações arcaicas na África do Sul, estando consignado na legislação destinada a barrar a entrada de Judeus nos anos 1930. Esta legislação permaneceu em vigor até meados da década de 1990²⁷, quando imigrantes se tornaram um assunto inquietante para uma sociedade com excesso de desempregados e desordeiros. Foi nesta mesma época que as plantas estrangeiras tornaram-se tanto no sujeito da emergência ecológica como no objeto da renovação nacional (HALL 1979, p.138). O sintoma mais marcante deste fato foi o Programa “Trabalhando por Água”²⁸, lançado em 1995. Parte do Programa de Reconstrução Pós-*Apartheid*, este arranjo, um projeto piloto para a criação de empregos e o combate à pobreza, centrou-se na erradicação de vegetação alienígena. Mulheres e jovens desempregados, ex-condenados e mesmo os sem-teto seria reabilitados ao juntarem-se às equipes de erradicação. A natureza-alienígena, em outras palavras, seria a matéria-prima do renascimento comum.

O incêndio na Cidade do Cabo deu ainda mais impulso ao projeto. Na medida em que o sentimento popular se concentrava no “flagelo estrangeiro”, o Estado parecia interessado em moldar um “espírito de comunidade” a partir das cinzas²⁹. Associações ainda mais explícitas foram forjadas entre a guerra contra os alienígenas e a prosperidade da nação. Mas a fala mais funesta foi da lavra do então presidente Mbeki: “as plantas alienígenas” – disse ele – “estão no caminho do renascimento Africano”³⁰.

4. OBJETOS ESTRANGEIROS: A POLÍTICA DO ESTRANHAMENTO NA PÓS-COLÔNIA

E assim, plantas invasoras enredaram-se no estado da nação. Todavia, este fato ainda não responde a nossa pergunta-chave: a quais ansiedades, interesses e condições históricas a alegoria de natureza-alienígena se refere precisamente? Uma resposta pode ser

²⁷ Foi substituído pelo *Aliens Control Act* 96, de 1991, e alterações subsequentes.

²⁸ Nota do Tradutor: no original *Working for Water Programme*.

²⁹ VILLIERS, L. de. *Chair of Peninsula Mountain Forum: Take Decisive Steps to Avoid Future Fire Disaster*. Carta ao Cape Times, 28 Jan. 2000, p. 11.

³⁰ Mensagem do Presidente Mbeki, lida por Valli Moosa, Ministra para assuntos ambientais e turismo no *International Symposium on Best Management Practices for Preventing and Controlling Invasive Alien Species*, Kirstenbosch, 22-24 Fev. 2000; veja também BLIKSEM, K. *Only the Truly Patriotic can be Trusted to Smell the Roses, and Weed Them Out*. Sunday Independent, 22 Fev. 2000, p. 8.

encontrada em um aglomerado de associações implícitas e figurações orgânicas presentes no discurso público que permite contemplar a infraestrutura da consciência popular em construção, permitindo ainda vislumbrar a forma pela qual processos de naturalização tornaram possível a verbalização do indizível e a abordagem do desafio de se conceber uma nação em meio à liberalização. Ou seja, condições que envolvem precisamente as transformações da qual se falou anteriormente: o significado mutante de cidadania e pertencimento, fronteiras simultaneamente abertas e fechadas, pessoas em movimento inevitável, heterodoxia cultural e social irredutível, o deslocamento da política, um bem comum minguante.

Veja-se este comentário satírico feito por um conhecido jornalista Sul-africano³¹:

Sem dúvida há autores jardineiros que não pensariam duas vezes sobre escrever alegres louvações a algo tão inocente [...] como a árvore do Jacarandá [...] Mas [...] você pode ser apenas [...] um racista. Isto é, subliminarmente³² [...] Por trás de suas flores e seus frondosos ramos, o jacarandá não é nada mais que um alienígena ladrão de água [...] e disseminador de ervas daninhas.

No passado, o jacarandá foi descrito como sendo “a ‘quase’ árvore nacional da África do Sul”. Agora, em um drama bizarro na qual a flora dá significado a algo que a política não consegue definir, a planta tornou-se objeto de estranhamento – mesmo de racialização. Alguns chegam a falar de uma “limpeza étnica” no campo³³; isto em uma terra obcecada com quem é ou não cidadão, com direitos e malfeitos constitucionais e com a erradicação de todos os vestígios do racismo. Mas foi através de uma carta recheada de ironia enviada ao *Mail & Guardian* por um intelectual da África Ocidental que o subtexto político se fez brutalmente claro³⁴:

É novamente estação de ataque aos alienígenas. Sendo eu mesmo um alienígena [...] eu sou particularmente sensível quanto a críticas de alienígenas mesmo enquanto plantas [...] Mas antes que o Ministério do Interior dê carga à cavalaria para investigar o visto de residência destas plantas, eu, enquanto um colega alienígena deveras

³¹BLIKSEM, K. *Only the Truly Patriotic can be Trusted to Smell the Roses, and Weed Them Out*. Sunday Independent, 22 Fev. 2000, p. 8.

³²Uma controvertida investigação de racismo na imprensa tradicional – tanto às claras como “subliminar” – estava sendo conduzida pela *Human Rights Commission* à época; ver e.g. RAPITI, E. *Journalists Must Do Their Jobs Without Interference*. Carta ao Mail & Guardian, 10-16 Mar. 2000, p. 28.

³³LAZAR, C. *Forget Alien Plants, What About Guns?*. The Star, 7 Mar. 2000, p. 8.

³⁴AKEN’OVA, M. *Loving the Alien*. Mail & Guardian, 18-24 Fev. 2000, p. 29.

preocupado, desejo relembrar que plantas tais como milho [...] soja, girassol [...] originaram-se fora do continente Africano. De todo modo, estas plantas alienígenas, causa de dilúvios e incêndios, atravessaram as fronteiras e plantaram-se sozinhas?

Para este alienígena humano, a ecologia se tornou o *locus* de uma preocupante cruzada familiar: a demonização de migrantes pelo Estado e pela sociedade cidadã. Quanto tempo mais, pensamos – enquanto testemunhamos o aumento da temperatura desta retórica – até que uma centelha metafórica (COETZEE, 2008, p. 23) salte a barreira interespecies e incendeie os objetos humanos em direção aos quais vem se inclinando há tempos?

Já se percebeu que o migrante é o “fantasma” em cujo destino miserável fundou-se a triunfante política neoliberal da “nova” Europa³⁵. Também na África do Sul uma fobia de estrangeiros – principalmente estrangeiros provenientes de outras partes da África – tem sido a cria da democracia novata e, de forma paradoxal, juntamente com apelos ao *ubuntu*, tem esculpido a ideia de uma humanidade Africana comum. Nos anos 1990, esta fobia materializou-se em uma antipatia ativa ao que era percebido como uma obscura nação-alienígena de “imigrantes ilegais”; o qualificador “ilegal” se tornou inseparável do substantivo da mesma forma que “invasivo” se vinculou a “alienígena” no campo vegetal. Tratados publicamente como sendo “abutres econômicos”³⁶ que usurpam empregos e recursos e que trazem crime e doenças, estes antecidadãos são acusados – em uma perturbadora analogia à flora não-nativa – de se espalharem desordenadamente. E de sugar a riqueza da nação³⁷.

Os alienígenas são então uma espécie distinta no imaginário popular. Em uma paródica perversão do passado, eles são “enquadrados” por sua cor e cultura, para então serem excluídos da comunidade moral. Uma vez destacados, os “ilegais” dificilmente serão diferenciados dos imigrantes de boa-fé³⁸. Todos são chamados de *makwerekwere*, um termo pejorativo para “incompetente no uso da fala”, e não à toa vivem sobressaltados com o medo de que seus sotaques sejam percebidos.

Este medo está bem fundamentado. Com o relaxamento no controle sobre o trabalho imigrante, a África do Sul – a “América da África” – se tornou o destino preferido de muitas

³⁵ SEABROOK, J. *Racists and Hypocrites*. Mail & Guardian, 18-24 Feb. 2000, p. 22.

³⁶ RADEBE. *Time We Became a Bit More Neighbourly*, p. 13.

³⁷ SINCLAIR, M. *Unwilling Aliens: Forced Migrants in the New South Africa*. Indicator, 13, 3 (1996), pp. 14 – 18; REITZES, *Alien Issues*.

³⁸ MADYWABE, L. *My Four Hours as an Illegal Immigrant*. Mail & Guardian, 3-9 Mar. 2000, p. 16.

pessoas vindas do norte; as estimativas chegam até a oito milhões³⁹. Este influxo ocorreu em meio às transformações na economia doméstica que alteraram as relações entre trabalho e capital, levando ao radical encolhimento de um mercado de trabalho no qual mais de oitenta por cento dos empregadores optavam por alternativas “não convencionais” de contratação de mão de obra (ADAM, et al, 1998, p.209), cuja maior fonte eram os “ilegais”, de baixo custo e não-sindicalizados, e a quem os fazendeiros e industriais se referiam como essenciais à sobrevivência nos competitivos mercados globalizados⁴⁰. Não foi de se admirar quando a erradicação do alienígena – que chegou para personificar a ameaça ao bem-estar e trabalho locais – começou a ganhar proeminência como uma forma altamente persuasiva de se confrontar a miséria e recuperar um senso de comunidade orgânica.

Logo, o palco estava montado. Em 2008, em meio ao desemprego galopante, ao aumento do custo dos alimentos e ao crescente descontentamento sobre a carência de habitação e serviços, violentos ataques foram registrados contra estrangeiros, inicialmente no entorno de Johannesburgo, e então por todo o país. “Forças Armadas convocadas enquanto a África do Sul queima⁴¹”, gritava a imprensa local, enquanto a mídia global propagava imagens chocantes de propriedades incendiadas e corpos em chamas. Novamente, fogo e alienígenas. De uma forma que imitava o *necklacing*⁴² e caça às bruxas da década de 1990 – mas que também encontrava eco no populismo “macho” que rodeava o líder da ANC Jacob Zuma – jovens armados de *pangas* (foices de cortar cana) e porretes foram às ruas para varrer seus bairros da presença de estrangeiros⁴³. Estes estranhos foram arrancados de suas casas em meio a acusações delirantes de que haviam roubado empregos, minado o salário mínimo, se apropriado das escassas habitações, fomentado o crime, espalhado a AIDS. O perfil étnico das vítimas era previsível: zimbabuenses, que fugiram de sua terra natal em grande número eram as vítimas preferenciais em todo o país. Mas a identidade dos bodes expiatórios também

³⁹ Veja as conclusões do *South African Migration Project*, resumida em CARTER, C.; HAFFAJEE, F. *Immigrants are Creating Work – Not Taking Your Jobs*. Mail & Guardian, 11-17 sep. 1998, p. 3; também MATISONN, J. *Aliens Have Many Years Respite in AS*. The Sunday Independent, 19 mar. 2000, p. 3.

⁴⁰ REITZES, M. *Alien Issues*. Indicator, 12,1 (1994), p. 7.

⁴¹ SAPA. *Troops called in as SA Burns*. 21 mai., 2008, IOL . Disponível em: <www.iol.co.za/index.php?set_id=1&click_id=79&art_id=nw20080521184209735C690777&newslett=1&em=177481a1a20080522a>. Acesso em 6 de abril de 2009.

⁴² Nota do tradutor: *Necklacing*, relativo a *colar* (adorno para o pescoço), é um método de execução que consiste em colocar um pneu de automóvel cheio de combustível ou material inflamável em redor do pescoço ou tórax da vítima e atear-lhe fogo, sendo análogo ao “micro ondas” utilizado por traficantes brasileiros. A vítima sofre com dores horríveis, podendo levar até vinte minutos para morrer. Era utilizado pelas comunidades negras sul-africanas para executar supostos colaboradores do *apartheid*, ainda sendo utilizado em alguns lugares do continente africano para punir supostos traidores.

⁴³ ROBINS, Steven. *The Populist Vice-Grip*. 12 ago., 2008, Mail & Guardian online. Disponível em: <www.mg.co.za/article/2008-08-13-in-a-populist-vice-grip>. Acesso em: 6 de abril de 2009.

variava com a sociologia local: em algumas partes do Cabo, os alvos foram comerciantes somalis; no *EastRand*, *Shangaans* (Changanas) de língua Tsonga (ou Tonga) provenientes de Moçambique, historicamente preponderantes na indústria mineira que se via dispensando sua força de trabalho, e que personificavam o caráter volúvel flagelo do “outro”. Em cada caso, o alienígena escolhido serviu para realçar a luta desesperada para se forjar de um senso de cidadania a partir das cinzas, um senso há muito prometido e ainda negado.

Enquanto isso, o Estado permanecia sendo um ator ambíguo. De um lado, fez coro ao ultrajado discurso local e internacional condenando os ataques e insistindo no respeito aos direitos humanos universais. De outro lado, foi inicialmente lento na resposta à violência etno-nacionalista. Mais ainda, enquanto condenava hipocritamente os selvagens xenófobos, supostamente incitados por gangues de criminosos ou por uma “terceira força⁴⁴” insurgente – novamente ecos do *apartheid* – o Estado restou manifestamente silente quanto às condições sociais desesperadoras e ao sentimento de abandono que tornou possível todo o desenvolvimento deste drama brutal. O regime também contribuiu para a lógica da xenofobia ao permitir que suas agências operacionais, cuja efetividade estava cada vez mais posta em dúvida, declarassem guerra ao fantasma estrangeiro pela promoção de batidas e inspeções altamente midiáticas nos bairros de imigrantes. Estas táticas foram acompanhadas de declarações oficiais de “esforços no estilo norte americano para livrar a África do Sul dos alienígenas ilegais⁴⁵”. No principal centro de deportação sul-africano – de propriedade privada – cidadãos de outros países foram surrados, tiveram seus direitos humanos gravemente violados e sua propriedade roubada⁴⁶. O Estado não envidou esforços para regular a situação.

A referência ao “estilo norte-americano” de tratamento à questão alienígena é algo bastante significativo. Nos EUA, da mesma forma que na África do Sul, há ações decisivas em face do “problema dos imigrantes”, concomitantemente com uma absurda e hipócrita paralisia jurídica em nível nacional quanto ao tema. Na África do Sul também há uma história de discurso dúplice e ambíguo que torna evidente o quão acuradamente “o problema” encarna o paradoxo das fronteiras porosas, o quão ele destaca a contradição entre soberania e desregulamentação, neoconservadorismo e neoliberalismo, protecionismo nacional e divisão

⁴⁴ Idem.

⁴⁵ BRAND, R. *US-Style Bid to Rid SA of Illegal Aliens*. The Star, 14 fev. 2000, p. 1.

⁴⁶ Relatos de violência no Centro, propriedade de um consórcio que inclui membros da elite lutadora não são novos. Neste caso, a embaixada camaronense protestou formalmente junto ao governo Sul-Africano. BANDA, C.; CLIFFORD, G. *Cameroon to Lodge Protest Over Repatriation Center Beating*. The Star, 17 Mar. 2000, p. 1. ver também TSEDU. *Illegals Deserve Better Than This*. p. 12.

globalizada do trabalho. Nos EUA, também, operações espetaculosas contra imigrantes servem como tentativas fúteis de se reparar a situação anômala dos estrangeiros que se tornaram essenciais à reprodução doméstica; que combinam conhecimento local com lealdades estrangeiras (reais ou imaginárias) cultivando o fantasma de crime e terrorismo; que são simultaneamente indispensáveis e descartáveis, visíveis e invisíveis, humanos e degradados; que estão simultaneamente dentro e for da lei.

Em junho de 2007, por exemplo, “dúzias de agentes de imigração armados, com apoio da polícia local dotada com equipamento antimotim” invadiram um frigorífico em Greeley, Colorado, em uma de cinco ações midiáticas ocorridas simultaneamente em instalações semelhantes no país⁴⁷. Denominada Operação *Wagon Train*, essas batidas foram saudadas pela *US Homeland Security and Immigration and Customs Enforcement* – ICE (“gelo”) no nome e na sua natureza – como um “duro golpe” desferido durante a “guerra contra a imigração ilegal.” Muitos desses trabalhadores deportados estavam de volta antes de decorrida uma semana. Seu trabalho, tal e qual o de estimados doze milhões de outros trabalhadores sem documentação, é indispensável à indústria, à agricultura e ao setor de serviços americano. Tal fato serve como evidência do tipo de impasse pós-moderno que encontramos nas fronteiras da África do Sul, apesar de que nos EUA há uma exacerbação ocasionada pelo conflito entre acordos transnacionais como o NAFTA – que liberalizam o capital – com políticos locais – que buscam criminalizar o trabalho estrangeiro, mantendo-o aprisionado no “terceiro mundo”⁴⁸.

Nos EUA – observa Gary Younge – a fronteira política não mais coincide com as fronteiras físicas do estado-nação. Aquela, a fronteira *de facto*, é agora mais uma questão de “conveniência econômica e oportunismo político do que uma questão de lei e ordem.” E ela risca o país em ziguezague, observando perfis étnicos e protegendo a pátria ao separar os nacionais dos alienígenas onde quer que estes se encontrem.

Aqui há nuances do tipo de contingência que identificamos no início deste ensaio como sendo característica do corpo político Nuere e da filosofia Schmittiana. Relembremos que, na política Nuere, não há a fixação de fronteiras geográficas, havendo em seu lugar a objetificação das fronteiras entre o lado de dentro e o lado de fora “ocorrido no processo de abordagem das próprias transgressões que as romperam”. Para Schmitt, o gesto político essencial consiste em se traçar a linha, definindo-se entre vida e morte, amigo e inimigo. O

⁴⁷ YOUNGE, Gary. *The US Is Clamping Down On Illegal Migrants, But It Relies On Their Labor*. YOUNGE, Gary. *The Guardian*, 11 Jun. 2007, p. 29.

⁴⁸ Idem.

que é precisamente o que ocorre quando os alienígenas na África do Sul são descobertos pela polícia – com pouca atenção dada aos seus direitos – ou, pior ainda, quando são mortos por hordas de justiceiros ou nacionais desempregados. Também é o que acontece nos EUA, onde aspirantes a migrantes ilegais podem ser presos não apenas nos pontos de entrada do país, mas também em qualquer lugar onde as suas diferenças para os nacionais seja evidenciada, qualquer lugar onde as linhas sejam ultrapassadas, qualquer lugar onde eles sejam espionados e denunciados pelos cidadãos.

Neste aspecto, chama-se a atenção para o fato de que a opção pelo nome “Operação *Wagon Train*” não foi uma escolha aleatória de palavras. Em sua arrogante referência à conquista da fronteira do Oeste brásvico – um processo, a propósito, que transformou a população autóctone da América em alienígenas – revela-se uma verdade profunda. Ela devolve os EUA a uma linguagem de fundação do Estado como um tipo de heroísmo colonial no qual – como um grupo anti-imigrantes bem colocou – o “controle pelos cidadãos” deve ser restabelecido⁴⁹. Visto desta forma, batidas armadas realizadas nos enclaves de migrantes não fecham a fronteira, mas *efetivamente* criam uma “ideia de efetividade” por parte do Estado em um contexto político no qual a ilusão se tornara, talvez, “tão importante quanto a realidade”⁵⁰. Neste ponto, em resumo, encontra-se um exemplo do tipo de atividade simbólica à qual nos referimos anteriormente: os excessos midiáticos ritualísticos destinados à produção de poder estatal e hifenização, que aparece de forma tão proeminente nos esforços para se assegurar soberania em uma era neoliberal.

5. Finais e significados

Geschiere e Nyamnjoh (2000) ressaltaram a crescente tensão que há na África quanto à exclusão do estranho, não apenas em reação aos tipos de incertezas econômicas e sociais e desestabilização de fronteiras postas em movimento pelos “fluxos globais”. Isto é certamente verdadeiro na África do Sul pós-*apartheid*, onde a indignação contra os alienígenas proporcionou um plurivalente chamado às armas, impondo-se uma nova linha divisória que unifica uma população nacional que de outra forma dividir-se-ia em classe, cor, cultura e tudo o mais. Certamente não o fez de forma completa e final, mas, no entanto, o fez de forma visível e entusiasmada.

⁴⁹ Idem.

⁵⁰ FRIEDMAN, S. *Action With Too Little Discussion*. Mail & Guardian, 24-30 Mar. 2000.

Da mesma forma, como deixamos evidente, a África do Sul não está isolada neste particular. Processos semelhantes estão evidenciados em quase toda parte onde o estado-nação é visto como sendo flagelado por condições que ameacem dissolver suas fronteiras abrindo-as para todo tipo de alienígenas indesejáveis, abalando as coordenadas das comunidades moral e material – e fazendo-as parecerem mais próximas das frágeis e contestadas fronteiras coloniais do que das sólidas fronteiras do Estado modernista.

A ambiguidade dessas fronteiras – como ressaltamos – exsurge da absorção do sentimento nacional contemporâneo por uma economia globalizada cujos métodos neoliberais alteraram os padrões de produção e consumo, a articulação entre trabalho e capital, o movimento de pessoas e de *commodities*, a natureza da soberania e da identidade cívica, geografias de espaço e tempo, ordem e segurança, e muito mais além. Devido às especificidades de sua história, pós-colônias como a África do Sul manifestam estes aspectos de forma especialmente acentuada. Mas em muitos aspectos estas são meramente condensações das previsões extremadas do que está se tornando paulatinamente mais visível noutras partes. Na medida em que Estados ocidentais recorrem abertamente às figuras de linguagem de “comboios de carroções” e fronteiras bravias; na medida em que jornalistas escrevem sobre um “planeta *apartheid*”⁵¹; na medida em que a pós-Guerra Fria parece cada vez mais estar abrindo espaço para um estado de “anarquia ordenada”, não podemos ser levados a mal por pensarmos que as sociedades coloniais do sul globalizado foram menos inversões históricas da metrópole do que avisos do que o norte global poderia vir a se tornar no mundo pós-moderno.

Esse exercício não é em vão: é discutível a noção de que os regimes coloniais Europeus gerenciavam as contradições políticas e econômicas inerentes na primitiva modernidade capitalista liberal por meio de uma política de separação espacial. A segregação de metrópole e colônia não apenas obscureceu sua interdependência material e cultural, mas também serviu para manter separados o ímpeto positivo da democracia liberal (humanitário, modernizador, respeitador de normas e fomentador da liberdade) de seu lado negativo (excludente, desagregador e violento na sujeição de indivíduos e na extração de riquezas). As sociedades coloniais foram zonas de ocupação, locais onde a missão civilizatória era contraposta aos ditames imediatos de controle e lucro – e à necessidade de se proteger as fronteiras contestadas, estas mantidas para separar a ordem do caos. A defesa destas fronteiras

⁵¹Naomi Klein, “How war was turned into a brand,” The Guardian, 16 Jun., 2007, p.34.

em nome do “progresso” muitas vezes significou a suspensão de modos e formas mais esclarecidos, mesmo em face de resistência e ultrajes humanitários.

O longo processo descolonizador que preparou o terreno para uma nova Era dos Impérios interrompeu esta lógica espacial. A era da Guerra Fria pode ter dividido o período entre as duas épocas, mas a divisão se desfez quando as economias foram desregulamentadas e o capital foi atrás de paraísos fiscais, escapando à regulação estatal, globalizando a divisão do trabalho, desterritorializando a soberania e a jurisdição, e bagunçando as relações autorizadas entre política e produção. Na medida em que a empresa neoliberalizada realocou suas fábricas poluentes em locais distantes com trabalho barato, novas formas de extração colonialistas foram inventadas e enclaves criados, extração esta a custo mínimo, sem intervenção estatal, restrições de segurança, missões civilizatórias e que tais. Simultaneamente, trabalhadores que podiam se mudar de pós-colônias devastadas buscaram em grande número acesso às classes inferiores das economias ocidentais pós-fordistas em melhor estado. No processo, as separações espaciais de metrópole e colônia começaram a se erodir, e na medida em que isto ocorreu, campos-prisão para alienígenas ilegais, lixões urbanos, zonas de ocupação e *banlieues*⁵² ardentes projetaram as condições coloniais e seus modos de governança no seio dos países do Primeiro Mundo – para mais uma vez se traçar a linha entre amigo e inimigo, direito e guerra.

Reciprocamente, Estados ao Sul e à Leste absorveram muitas características do Ocidente, desde a preocupação com a democracia e o direito até uma inventiva relação com o urbanismo moderno, comunicações eletrônicas, finanças globais, e assim por diante.

Em face de tudo isto, os modelos mais autorizados de sociedade e política passaram por uma revisão drástica no Ocidente – tanto para acadêmicos como para políticos. Se esvai a visão de uma sociedade orgânica à la Comte e Durkheim na qual divisões de classe e cultura estavam contidas – pelo menos idealmente – dentro das fronteiras nacionais; na qual, também, as classes rudes, patológicas e criminais se acreditava serem “futuros cidadãos”, recuperáveis através do bem-estar e reformas. Em ascensão está um arquétipo totalmente diferente: um de que o Estado é uma cidadela; o território nacional é um campo de batalha; de prisões não como locais de recuperação, mas de armazenagem daqueles tidos como descartáveis; de fronteiras como linhas efêmeras a serem traçadas e redesenhadas por dentro e além do estado-nação de forma a barrar as intermináveis investidas de inimigos que ameaçam – por dentro e de fora – a sua integridade moral e corpórea, inimigos estes que tomam a forma de

⁵² Nota do Tradutor: Subúrbios de grandes cidades francesas.

alienígenas, migrantes, terroristas, sabotadores nativos, contraventores, criminosos, os pobres indigentes. Este é, repita-se, o mundo de Carl Schmitt, onde a política é menos sobre participação nacional e redistribuição de renda e mais sobre proteger a fronteira entre autoctonia e intruso, bem e mal, cidadania e sujeição. E também é o mundo dos Nueres, com suas linhas bruxuleantes marcando dentro e fora, direito e guerra.

Deve-se então questionar se as condições que nutrem as fobias de alienígenas e as campanhas de limpeza étnica chegaram a criar um novo ramo de negócios mais direto e sem rodeios, o chamado “setor de segurança nacional”, que rapidamente ganha corpo em uma escala global; uma indústria cujos carros-chefe são “cercas de alta tecnologia, drones não-tripulados, identificadores biométricos, equipamento de vigilância de áudio e vídeo, categorização (perfilagem) de passageiros aéreos e sistemas de interrogatório de prisioneiros”, muitos dos quais têm origem no Estado de Israel, recentemente descrito como “um exemplo vivo de como se desfrutar de relativa segurança em meio à guerra constante⁵³”?

Tudo isto pode parecer um mundo distante de alegorias de plantas invasoras e autoctonia natural. Mas o elo entre eles é patente: ambos falam de esforços para trazer à ordem a anarquia da nossa idade moderna tardia. Ou, para sermos mais precisos, para entendermos – e para fazermos algo a respeito – de algumas das contradições e contingências, incertezas e inseguranças, ambiguidades e ambivalências que vêm com uma disjunção global: disjunção esta sobre o mundo dos modernistas como o conhecemos e do mundo neoliberal que está rapidamente tomando forma.

⁵³ KLEIN, Naomi. *How war was turned into a brand*. The Guardian, 16 Jun., 2007, p. 34.

6. Referências:

ACOCKS, J.P.H. **Veld Types of South Africa**. Botanical Survey of South Africa, Memoir 28, 1953.

ADAM, Heribert; VAN ZYL SLABBERT, Frederik; MOODLEY, Kogila. **Comrades in Business: Post-Liberation Politics in South Africa**. Cape Town: Tafelberg, 1998.

AGAMBEN, Giorgio. **Homo Sacer: Sovereign Power and Bare Life**. Translated by Daniel Heller-Roazen. Stanford: Stanford University Press, 1998.

ANDERSON, Benedict. **Imagined Communities: Reflections on the Origin and Spread of Nationalism**. London: Verso, 1983.

BARKUN, Michael. **Law Without Sanctions: Order in Primitive Societies and the World Community**. New Haven: Yale University Press, 1968.

BERLANT, Lauren. **The Anatomy of National Fantasy: Hawthorne, Utopia and Everyday Life**. Chicago: University of Chicago Press, 1991.

CARR, G. W.; ROBIN, J. M.; ROBINSON, R. W. Environmental Weed Invasion of Natural Ecosystems: Australia's Greatest Conservation Problem. In: GROVES, R. H.; BURDON, J. J. (Ed.). **Ecology of Biological Invasions: na Australian Perspective**. Canberra: Australian Academy Of Science, 1986. p. 150.

COMAROFF, Jean; COMAROFF, John L.. Millennial Capitalism: First Thoughts on a Second Coming. **Public Culture**, [s.l.], v. 12, n. 2, p.291-343, 1 abr. 2000. Duke University Press. <http://dx.doi.org/10.1215/08992363-12-2-291>.

COMAROFF, Jean; COMAROFF, John L.. Naturing the Nation: Aliens, Apocalypse, and the Postcolonial State. **Social Identities**, [s.l.], v. 7, n. 2, p.233-265, jun. 2001. Informa UK Limited. <http://dx.doi.org/10.1080/13504630120065301>.

COMAROFF, Jean; COMAROFF, John L.. Law and Disorder in the Postcolony: an Introduction. In: COMAROFF, Jean; COMAROFF, John L. (Ed.). **Law and Disorder in the Postcolony**. Chicago: University Of Chicago Press, 2006. p. 1-56.

DAVIS, Mike. Los Angeles After The Storm: The Dialectic Of Ordinary Disaster. **Antipode**, [s.l.], v. 27, n. 3, p.221-241, jul. 1995. Wiley. <http://dx.doi.org/10.1111/j.1467-8330.1995.tb00276.x>.

DAY, J; SIEGFRIED, W. R.; LOUW, G. N.; JARMAN, M. L. (Ed.). **Fynbosecology: a preliminary systesis**. Pretória: National Scientific Programmes Unit / Foundation for Research Development / CSIR: Council for Scientific and Industrial Research, 1979.(South African National Scientific Programmes, Report No.40) Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10204/2332>>. Acesso em: 24 jul. 2018.

EVANS-PRITCHARD, E. E. The Nuer of the South Sudan. In: FORTES, Meyer; EVANS-PRITCHARD, E. E. (ed.). **African Political Systems**. London: Oxford University Press, 1940. p. 272-296. Disponível em <https://www.uio.no/studier/emner/sv/sai/SOSANT1000/h17/pensumliste/evans-pritchard_the_nuer.pdf>. Acesso em 24 de julho de 2018.

_____. **The Nuer**. Oxford: Clarendon Press, 1940.

FORTES, Meyer; EVANS-PRITCHARD, E. E. Introduction. In: FORTES, Meyer; EVANS-PRITCHARD, E. E (ed.) **African Political Systems**. London: Oxford University Press, 1940.

FRASER, Michael; MCMAHON, Liz. **A Fynbos Year**. Cape Town: David Philip Publishers, 1988.

GESCHIERE, P.; NYAMNJOH, F.. Capitalism and Autochthony: The Seesaw of Mobility and Belonging. **Public Culture**, [s.l.], v. 12, n. 2, p.423-452, 1 abr. 2000. Duke University Press. <http://dx.doi.org/10.1215/08992363-12-2-423>.

HALL, A. Invasive Weeds. In: DAY, J et. al. **Fynbosecology**: a preliminary sythesis. Pretória: National Scientific Programmes Unit / Foundation for Research Development / CSIR: Council for Scientific and Industrial Research, 1979. South African National Scientific Programmes, Report No.40. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10204/2332>>. Acesso em: 24 de julho de 2018.

HARVEY, David. **The Condition of Postmodernity**: na Enquiry into the Origins of Cultural Change. Oxford: Blackwell, 1990.

KRUGER, F. J. **Ecology and Management of Cape Fynbos**: towards Conservation of a Unique Biome Type. Paper read at the South African Wild Life Management Association's Second International Symposium. Pretoria, 1977.

_____. **A Description of the Fynbos Biome Project**. [A Report of the Committee for Terrestrial Ecosystems, National Programme for Environmental Sciences.] Pretoria: Cooperative Scientific Programmes, Council for Scientific and Industrial Research, 1978.

_____. Fire. In: DAY, J et. al. **Fynbosecology**: a preliminary sythesis. Pretória: National Scientific Programmes Unit / Foundation for Research Development / CSIR: Council for Scientific and Industrial Research, 1979. South African National Scientific Programmes, Report No.40. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10204/2332>>. Acesso em: 24 julho de 2018.

MBEMBE, Achille. Provisional notes on the postcolony. **Africa**, [s.l.], v. 62, n. 01, p.3-37, jan. 1992. Cambridge University Press (CUP). <http://dx.doi.org/10.2307/1160062>.

MOLL, E.; MOLL, G. **Common Trees of South Africa**. Cape Town: Struik, 1994.

SCHMITT, Carl. **The Concept of the Political**. Chicago: University of Chicago Press, 1996. (Translated by George Schwab)

STIRTON C. (ed.) **Plant Invaders**: beautiful but dangerous (Cape Town, Department of Nature and Environmental Conservation), 1978.

VAN WYK, Ben-Erik; GERICKE, Nigel. **People's Plants:** a guide to useful plants of South Africa. Pretoria: Briza, 2000.

WACE, Nigel. Naturalised plants in the Australian landscape. In: HEATHCOTE, R. L. (Ed.). **The Australian Experience:** Essays in Australian Land Settlement and Resource Management. Melbourne: Longman, 1988. p. 139-150.

WORBY, Eric. Tyranny, parody, and ethnic polarity: ritual engagements with the state in Northwestern Zimbabwe. **Journal Of Southern African Studies**, [s.l.], v. 24, n. 3, p. 561-578, set. 1998. Informa UK Limited. <http://dx.doi.org/10.1080/03057079808708590>.